



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JACKELYNE SOUSA ALVES

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO OU DE PUNIÇÃO?**

João Pessoa – PB
Maio, 2023

JACKELYNE SOUSA ALVES

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO OU DE PUNIÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Centro de Educação (CE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Helena Oliveira França

João Pessoa – PB
Maio, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

A474a Alves, Jackelyne Sousa.

Avaliação da aprendizagem: ferramenta de apoio pedagógico ou de punição? / Jackelyne Sousa Alves. - João Pessoa, 2023.

41 f.

Orientação: Marlene Helena de Oliveira França.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Avaliação da aprendizagem. 2. Prática pedagógica.
3. Pedagogia do exame. I. França, Marlene Helena de Oliveira. II. Título.

UFPB/CE


CDU 37.091.26(043.2)

JACKELYNE SOUSA ALVES

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:
FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO OU DE PUNIÇÃO?**

APROVADO EM: 13/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MARLENE HELENA DE OLIVEIRA FRANÇA
Data: 20/06/2023 01:08:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Marlene Helena Oliveira França
UFPB/DHP/CE
(Orientadora)

Jackeline Susann Souza da Silva
(Membro da Banca Examinadora)

Vívia de Melo Silva
(Membro da Banca Examinadora)

Dedico este trabalho primeiramente a classe dos pedagogos já atuantes e aos que estão em formação, os 4 anos de curso nos fazem refletir sobre a prática e por vezes julgamos os ideais apresentados como utópicos. Contudo, cabe a mim e a cada um, começar a transformação, mudar o que podemos tocar a vida dos alunos através do exercer da nossa profissão. Por seguinte, a Deus e minha família, que sempre estiveram comigo nessa jornada, me apoiando e acreditando que a transformação pode acontecer e que esse TCC é apenas um dos passos que devemos dar em busca de uma educação justa e equitativa.

AGRADECIMENTOS

“Até aqui nos ajudou o Senhor” (1 Samuel 7:12)

Viver toda a fase da formação acadêmica é uma luta constante, mas hoje, só posso agradecer a Deus por tudo que Ele me propiciou nesses 4 anos de curso: as pessoas que conheci, os aprendizados, os referenciais que levarei para a vida, e as mudanças de pensamento que com certeza fizeram a profissional e pessoa que sou hoje.

Escolhi esse versículo porque essa fase final se encerra com muitas batalhas sendo travadas, com grandes dificuldades enfrentadas, mas sempre com um sorriso no rosto, porque no meu coração há certeza de que Deus é bom o tempo todo e que Ele nunca me desamparou, mas que escolheu o momento certo para a finalização desse ciclo.

Durante um estágio, encontrei para além de um aprendizado, uma família. Foi nesse estágio que encontrei educadoras ao qual espelho meu trabalho, mulheres competentes que me inspiram diariamente na construção da profissional competente e capacidade, buscando a transformação a começar de mim. Sou grata a Andreza, a Laura e ao meu maternal III que são o meu lar, onde recarrego as energias e encontro força. Vocês sempre estarão comigo nessa jornada, sempre serão minha casa.

Agradeço ainda a minha família, minha mãe que sempre me apoiou nas minhas decisões, me incentivou e chamou a minha atenção. A minha irmã por sempre elevar minha autoestima, acreditando e me incentivando a correr atrás daquilo que acredito, assim como ela faz.

Ao meu marido (Matheus) e a minha filha (Aurora), que foram uma surpresa boa no meio do trajeto e que são minha força para finalizar esse ciclo da melhor maneira, de forma a guardar essa reta final como a melhor lembrança.

E, por fim a minha amiga Luana que foi o meu amparo, foi o cuidado de Deus comigo nesses 4 anos, foi aquela que enxugou minhas lágrimas, que sempre torceu por mim.

Enfim, agradeço a todos os docentes que contribuíram para o meu aprendizado, sintam-se com dever cumprido, pois sai da universidade uma verdadeira pedagoga, disposta a fazer a diferença na educação e lá na frente ver a história tomar um novo rumo.

RESUMO

A avaliação da aprendizagem vem sendo discutida nos últimos tempos dentro do âmbito educacional, com o intuito principal de questionar sobre as práticas realizadas nas escolas. Tendo em vista que a avaliação é um mecanismo de possibilitar informações ao professor, quanto aos avanços e dificuldades do aluno, para posteriormente – a partir dos resultados obtidos – planejar ações que irão contribuir no processo de aprendizagem dos alunos, para que prossigam, de forma satisfatória. Escolhemos discutir essa temática, com o objetivo de observar o que vem sendo feito em sala de aula e como esta avaliação ocorre, sendo ela ferramenta para suporte ou ameaça, discutindo assim os efeitos que esta ação causa na vida do aluno, analisando assim a prática pedagógica. Para tanto, o trabalho foi realizado a partir de um estudo de caso em uma escola de rede privada na cidade de João Pessoa – PB. Sendo norteado por revisões bibliográficas que trouxeram subsídios teóricos para a pesquisa; esta foi realizada com uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental I – contendo em sala 24 alunos, uma (1) professora e uma (1) auxiliar de sala. Nessa perspectiva, o trabalho destaca como resultado que embora ocorram avanços e não se possa generalizar o que vem sendo feito em outras salas de aula, a Pedagogia do exame ainda é muito utilizada, sendo perceptível que esta se enraizou no sistema e para que ocorra transformação, é preciso compreender sobre a Avaliação da Aprendizagem em seu verdadeiro objetivo e atuação, para que somente após a aprendizagem da avaliação, consigamos avaliar para darmos um verdadeiro suporte.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Pedagogia do exame. Ferramenta.

ABSTRACT

Learning assessment has recently been a topic of discussion within the field of education, aiming to question the practices carried out in schools. It is important to recognize that evaluation serves as a mechanism to provide information to teachers regarding students' progress and difficulties. Based on the obtained results, teachers can plan actions that contribute to students' learning process, ensuring satisfactory outcomes. In this regard, our research focuses on examining the evaluation methods employed in the classroom and assessing whether they function as supportive tools or threats to students. Moreover, we aim to analyze the effects that these assessment practices have on students' lives, thereby exploring the pedagogical implications. To accomplish this, we conducted a case study in a private school located in João Pessoa - PB. Our research was guided by literature reviews that provided theoretical foundations for our investigation. We conducted the study with a third-grade class in Elementary School I, comprising 24 students, one teacher, and one classroom assistant. Through our research, we found that although there have been some advancements, it is not possible to generalize the practices observed in other classrooms. The exam pedagogy remains widely used, indicating its deep-rooted influence in the education system. To initiate transformation, it is crucial to understand the true purpose and effectiveness of learning assessment. Only by comprehending assessment methodologies can we evaluate and provide genuine support.

Keywords: Evaluation, Learning, Exam pedagogy, Tool.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

CF – Constituição Federal

EAD – Educação a distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

PROUNI – Programa Universidade para Todos

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TOD – Transtorno Opositor Desafiador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	EXAMINAR, CLASSIFICAR, JULGAR OU AVALIAR: FRAGMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A AVALIAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	13
3	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	21
3.1	Avaliação e o professor: Uma relação cheia de lacunas.....	24
3.2	A Avaliação e suas funções: Afinal, quais são elas?	26
3.3	A Avaliação e o Erro: Um Balanço Sobre essa Relação	27
4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	31
5	ESTUDO DE CASO: UMA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS FATOS OBSERVADOS	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Ao falarmos em avaliação da aprendizagem, logo nos referimos as provas realizadas pelos professores na escola, a fim de classificar o aluno em “bom ou ruim”, que aprendeu ou não. Contudo, na nossa sociedade atual, a avaliação da aprendizagem vai muito além da prova realizada em determinado dia e horário, porém, nem sempre foi assim. Se olharmos para o passado, com olhos reflexivos e críticos perceberemos o quanto os processos influenciaram na cultura de ensino-aprendizagem que vivenciamos hoje.

Uma cultura que impõe, que não pergunta. Ao contrário, busca apenas a reprodução “cega”. Em um século de informações a todo momento, o aprofundamento em determinado assunto é considerado “perca de tempo”. Ou seja, são diversas informações que maquam as lacunas existentes não só na educação, mas no saber sobre o mundo em geral. A falta de paciência em procurar para saber mais, torna a nossa sociedade frustrada quando ocorre o erro. Sendo assim, ao momento que somos colocados à prova em uma avaliação, os sentimentos de medo, angústia, insegurança prevalecem. Isso porque com tantas pessoas inquietas, sedentas de saber mais de tudo a cada minuto, há uma dificuldade em focar somente em um aprendizado no momento.

Saviani (1985) nos fala um pouco sobre o ato de ensinar e aprender, este expõe: (...) desde o dia do nascimento até o fim da vida, estamos em um processo contínuo de aprendizagem, sendo a Pedagogia uma área no qual os profissionais não se limitam apenas a melhorar o espaço escolar, mas sim, se tornam responsáveis pelas próximas gerações de cidadãos e os métodos pelos quais os conhecimentos são transmitidos. O objetivo profissional do pedagogo é aplicar e desenvolver metodologias que tornem os entendimentos mais viáveis em todas as áreas da nossa sociedade, combinando atividades-integração, lúdicas e teóricas, que levem à compreensão da educação e que traga relações práticas para a nossa vivência.

O interesse pela temática surgiu das práticas pedagógicas vivenciadas pela autora, em especial, da experiência advinda de um estágio extra-curricular em uma escola particular, de João Pessoa. Foi desse contexto que pude compreender a importância do tema para a formação dos/as pedagogos/as. Sendo, portanto, necessário aprofundar essa discussão do ponto de vista acadêmico, haja vista que embora tenhamos uma vasta produção bibliográfica sobre o tema, este ainda mostra-se lacunoso, dado a importância que ocupa.

A relevância social e pedagógica dessa pesquisa justifica-se ainda, pelo fato de compreendermos que o processo de aprendizagem, demanda levar em conta o contexto social

em que o aluno está inserido, bem como, promover o diálogo com os responsáveis pelo educando.

É nessa direção que nos desafiamos nesse estudo a responder as seguintes questões: refletimos como aprender sem errar? Por que a frustração com o erro? Por que os processos avaliativos geram insegurança ao invés da sensação de suporte, de reflexão interior e exterior sobre o que se está aprendendo?

Importante registrar também, que aprender, errar, avaliar, faz parte dos processos naturais do ser humano. Assim, seja dentro ou fora da escola, o sujeito está exposto ao processo de ensino-aprendizagem, sejam eles formais ou informais. Contudo, é na escola que detemos de conteúdos sistematizados, tidos como essenciais para a formação humana, visando desenvolver habilidades de forma intencional, para se formar um cidadão pronto para viver em sociedade, com capacidades críticas, reflexivas e criativas.

Na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases (LDB) está estabelecido em seu Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Contudo, o que deveria ser trabalhado pela consciência própria e por está previsto na lei, é ignorado, tendo em vista que os processos de ensino-aprendizagem pouco ou raramente utilizam das bagagens vivenciadas pelos estudantes, seja na educação básica ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo central analisar os processos de aprendizagem, dando enfoque a avaliação e ao erro dentro das salas de aula. Para tanto, nos ancoramos em Luckesi (2005), que defende que a avaliação é um ato amoroso, pois visa acolher atos, ações, alegrias e dores como elas são. Desta forma, nesse processo, se acolhe a realidade como ela é, tendo por objetivo possibilitar uma transformação positiva quando necessário, por meio de intervenções.

Nessa conjuntura, serão apresentados os conceitos que circundam a Avaliação da aprendizagem, sua função, a relação existente entre esta e o erro, bem como a função do avaliar junto ao trabalho do professor. Será realizado também um aporte histórico, de modo que há uma necessidade em analisarmos o passado para compreender o que acontece no presente, de forma que, o passado influencia fortemente o presente através das raízes que sustentam certos modelos. Nesse cenário, podemos inferir que apesar de uma crescente exposição acerca do tema trabalhado, o mesmo ainda precisa ser discutido, compreendido e estudado para que aconteça a “aprendizagem da avaliação” e somente assim, ocorram mudanças válidas

(LUCKESI, 2013).

Nesse âmbito, a fundamentação teórica deste trabalho destacará abordagens no que tange a compreensão e a reflexão sobre o ato de avaliar a aprendizagem, sendo esta ferramenta para suporte na aprendizagem, como é o caso de Luckesi (1995, 2013), que em seus estudos trabalhou no decorrer dos capítulos de seu livro os conceitos, funções e o real ato de avaliar, apresentando em síntese, que há uma diferenciação entre Pedagogia do exame e Avaliação da aprendizagem e, que muito embora se discuta e se tenha maior conhecimento sobre Avaliação, ainda estamos aplicando exames, baseando o saber do aluno apenas na classificação, sem nos preocupar com os percursos traçados para chegar até ali.

Nesse viés, o trabalho tem por objetivo geral observar o que vem sendo feito em sala de aula e como esta avaliação ocorre, sendo ela ferramenta para suporte ou ameaça, discutindo assim, os efeitos que isto causa e examinando todas as vertentes presentes observadas.

Para tanto, utilizou-se da metodologia de investigação – através do estudo de caso – em uma escola privada da cidade de João Pessoa – PB, com a finalidade de se aproximar da realidade vivenciada e explicitar o que ocorre na realidade.

Por esse motivo, o trabalho tem importância significativa no que tange a Educação e à docência, pois este contribui para aprofundamento dos conhecimentos prévios a partir de um suporte teórico e da realidade encontrada que será relatada.

O presente estudo destaca importantes saberes que levarão o leitor, estudante e profissional a reflexão sobre suas práticas, sejam estes pais ou profissionais da área, não limitando estes apenas aos pedagogos, mas também as demais licenciaturas. Afinal, o ato de avaliar está na vida e necessita de ser visto como um ato amoroso de cuidado com o próximo.

Ademais, enquanto futura pedagoga, vejo na presente realidade que há uma necessidade de discutirmos sobre a aprendizagem efetiva, sobre a avaliação para além de exames e classificações, mas para um cuidado ao outro. Ao investigar esse tema, reflito em mim e na minha trajetória enquanto estudante e futura docente (embora já atue) sobre o que me foi/apresento enquanto avaliação, aprendizagem efetiva e suporte aos alunos. Todo esse trabalho permite uma ampliação de novas concepções e estratégias para a atuação em sala de aula.

2. EXAMINAR, CLASSIFICAR, JULGAR OU AVALIAR: FRAGMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A AVALIAÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para compreendermos melhor sobre avaliação da aprendizagem, é preciso olhar atentamente para os processos históricos vivenciados na educação, que contribuíram para o modelo de avaliação da aprendizagem que temos hoje.

Primeiramente é necessário lembrar a forma que chegaram os portugueses ao Brasil, o modo que eles instauraram seus costumes, tradições, religião e sua língua aqui. Fazendo com que os que aqui já moravam fossem escravos, quando na verdade, eram os índios que deveriam ensinar. Não impondo ou introduzindo sua cultura e seu modo de viver junto ao povo português. Mas, de haver uma troca entre os dois povos e assim, expandir os conhecimentos de ambas as partes, tornando o Brasil rico em diversidade. No entanto, não foi essa a realidade que se viu na prática. A história que contamos é totalmente outra.

Utilizaremos de uma linha do tempo para observamos a história e assim analisarmos posteriormente, percebendo a relação que esses processos geraram no nosso sistema de ensino e de avaliação.

Ao falar sobre educação, vem à tona todos os processos vivenciados na história: a chegada dos jesuítas para catequizar os índios; as aulas regias, o ensino para "todos" – contexto em que, apenas os filhos da elite tinham acesso à escola e avançavam no aprendizado, já que seriam detentores do poder em algum momento -; as colheres de pau e o milho para castigar os "maus alunos".

Contudo, algo que não se consegue explicar de forma mais detalhada em relação aos processos de concretização da educação são as formas de se avaliar. Mas, nesse caso, de classificar. Classificar, pois o ato de avaliar em nada se parece com o que é feito dentro das escolas, ao contrário, exames escolares é como deveriam ser chamados, uma vez que como nos aponta Luckesi (2013), o ato de avaliar consiste em um ato amoroso, usado como ferramenta para incluir e diagnosticar. O mesmo ainda expõe: (...) o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do aluno do educando. (LUCKESI, 2013, p.25)

A educação sempre esteve à mercê das necessidades “do povo”, da elite. Por volta do século XVI, a Igreja Católica era detentora do poder, e a fim de conquistar mais espaço e fiéis, incube os jesuítas de catequizar os índios, tendo por objetivo mudá-los, tornando-os servos da Igreja, transformando seus costumes que eram "errados" e, promovendo um violento processo de aculturação, jamais visto até então.

A atividade missionária facilitava sobremaneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a educação assumia papel de agente colonizador (RIBEIRO, 2003)

Nesse modelo de educação vivido naquela época, os jesuítas e a Igreja Católica eram donos de todo o saber. Embora fossem os jesuítas, ocupando a posição de "soldado" à frente, era a Igreja Católica que instituía o certo e o errado, o como ensinar, quais métodos e faces mostrar.

É a partir desse contexto, que trazemos a reflexão acerca das relações de poder: entre escola-professor-aluno e os métodos aplicados nos processos de ensino-aprendizagem. Processos que deveriam valorizar o saber do aluno; centralizam o saber no professor, e embora haja discursos de mudança na educação, pouco se vê na prática a concretização desses discursos. Isso porque os conteúdos já estão pré definidos. O que é necessário ou não saber já foi instituído e há um prazo para que o aluno absorva tudo o que foi “transmitido”, não possibilitando a ele, o tempo necessário para voltar e ressignificar o que não foi compreendido, apreendido e significado de forma contundente.

Embora os avanços na educação sejam reais e significativos – por exemplo, a leis atualmente, que asseguram uma educação de qualidade e para todos; ou até mesmo uma discussão mais assídua sobre avaliação de modo a mudar as formas que trabalhamos, o erro e o sistema de notas em sala de aula – os modelos de sala de aula são um reflexo do passado (professor como centro da aprendizagem, cadeiras enfileiradas, alunos quietos. Os que tiram nota abaixo do esperado são ridicularizados, não diretamente pelo professor, mas pelos colegas de sala que o consideram inferiores), isso porque foi enraizado na nossa sociedade, que há uma forma de ensinar, do aluno se comportar, de transmitir o conteúdo e de avaliar. Se compararmos fotos das salas de aula do passado e do presente, veremos cadeiras enfileiradas, o professor ao centro e os alunos atentos ao que se fala. Ou seja, quase nada mudou.

É como se expõe acerca do modo de como deveria ocorrer o processo de ensino-aprendizagem:

A avaliação da aprendizagem, na visão freiriana, deve promover a **consciência crítica** por meio do **diálogo livre, permanente e democrático** (sem autoritarismo ou excessos de poder) entre professor e aprendiz. A avaliação é um processo **dinâmico e coletivo** e, conseqüentemente, fruto do **compartilhamento entre os sujeitos** -- o ato de aprender não opera por transmissão da informação, mas pelo **encontro permanente dos homens** (educadores e educandos), mediatizados pelos diversos saberes de cada um. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Nessa conjuntura, para que melhor se entenda acerca da educação e da sua forma de avaliar, faremos uso do aporte histórico, caracterizando os momentos importantes vivenciados na história da educação do Brasil, até o modelo de educação vivido/ofertado atualmente, para que posteriormente possamos nos aprofundar acerca do real sentido do processo de avaliação.

A história da educação no Brasil se inicia no período colonial, junto a chegada dos jesuítas aqui no Brasil (1549-1759). O intuito destes era educar os índios segundo os seus costumes, sua cultura. Muito embora estes padres estivessem à frente do processo de transformação, era a companhia de Jesus, fundada por Dom Inácio de Loyola que regia o modo como estes deveriam trabalhar com os índios. Isso porque, havia um modo de se iniciar essa catequização e para isso, era preciso conquistar a confiança daqueles que aqui já habitavam. É importante frisar, que embora destaquemos o uso da palavra indígena, eram diversos os povos que aqui moravam, cada qual com a sua religião, costumes, crenças.

Dando sequência, os padres aprendiam a língua indígena, e partindo deste ponto, ensinavam estes povos a ler e a escrever, instruía sobre as noções básicas de higiene, dentre outras coisas, as quais eles julgavam como corretas e, portanto, deveriam ser adotadas/apreendidas pelos povos, no contexto de sua existência.

Muitos chegavam a pensar na impossibilidade de conseguir algum sucesso no processo civilizatório dos nativos, enquanto para outros, incluindo aí os missionários, os indígenas eram como filhos menores, uma “folha em branco” em que se poderia inculcar os valores da civilização cristã europeia. (RIBEIRO, 2003)

Considerando que o europeu acreditava que a realidade que os índios viviam não era correta, por isso, era necessário transformá-los segundo seus costumes, cumpre salientar que a ideia e o objetivo principal não centralizava-se na educação, mas no processo de aculturação daqueles povos, para convertê-los ao cristianismo, conquistando ainda mais espaço e fiéis para a Igreja Católica.

O fato é que o índio se encontrava a mercê de três interesses, que ora se completavam, ora se chocam: a metrópole deseja integrá-lo ao processo colonizador; o jesuíta queria convertê-lo ao cristianismo; e o colono queria usá-lo como escravo para o trabalho (ARANHA, 2006, p.141).

Com isso, apresenta-se a primeira intenção educacional no Brasil, a de modificar, transformar para “caber” dentro das expectativas e desejos impostos pelos detentores do poder. Dentre estes objetivos aqui apresentados, os jesuítas ainda detinham uma outra atribuição: a de educar os filhos dos nobres que aqui viviam. Sendo cabível a reflexão neste ponto, ao momento

em que pensamos se a educação dada aos indígenas e aos filhos dos nobres seria a mesma, e a resposta em face de todo o processo histórico que vivenciamos é apenas uma: não. Fica notório neste ponto, o início do dualismo escolar, porque a educação ofertada a este público era diferenciada, era preparatória, tendo em vista que estas pessoas, posteriormente, iriam complementar seus estudos em Portugal ou outros países da Europa.

Ribeiro (2003) apresenta essa diferenciação “as primeiras escolas reuniam os filhos dos índios e dos colonos. Mas, a tendência da educação jesuíta que se confirmou foi separar os “catequizados” e os “instruídos”. Assim, para os indígenas as ações resumiam-se a cristianizar e pacificar, enquanto a dos filhos dos colonos poderia estender-se para além da escola elementar do ler e escrever.

Como afirmou eminente educador da época, “Vê se que o objetivo da escola é a educação burguesa e que os que não aspiram às profissões liberais – a maioria – jazem abandonados, recebendo uma educação que lhes não aproveita e não convém (...)” (NAGLE, 1929, p. 111).

No decorrer deste período, onde presenciamos os primeiros passos da educação, acontece um fato histórico, marcado pelo período de 1759-1808, sendo este nomeado de Reformas pombalinas. Este acontecimento se dá pelo então primeiro ministro de Portugal: Marques de Pombal, que avalia todo o domínio ao qual a Igreja Católica era detentora e com isso, decide fazer mudanças. Tendo em vista que, era o Estado que deveria estar acima da Igreja e, para isso, seria preciso diminuir o domínio da igreja sobre a população, ele ordena que os jesuítas fossem expulsos do Brasil e suas escolas fechadas.

A partir desta reforma, é instituído o que apresentou-se como Aulas Régias, com o formato de aula sendo regido sob a seguinte forma: ou os alunos iam a casa dos professores ou os professores iam a casa dos alunos. No entanto, este formato de aula desqualifica o ensino, sobretudo, pelo fato de os professores não terem formação na área, ou seja, eram “leigos” naquilo que estavam e precisavam ensinar. Sendo assim, tem-se uma quebra na qualidade educacional, porém, dá-se a partir disto, o primeiro passo para a laicidade, a educação laica¹ dentro do nosso país.

No ano de 1808, acontece um outro fato histórico importante: a chegada da família real ao Brasil. Até esse momento, não havia no Brasil muitos locais onde se apreciava o teatro, a música, a literatura e as demais artes. Contudo, com a chegada da família real, de Dom João VI, muitas coisas mudam, como por exemplo, o início das construções destes espaços. Por isso, neste momento houve a expansão da cultura europeia no Brasil, ocasião em que se presenciou

vários artistas e quanto ao ensino, foi modificado para que atendesse as expectativas da recém-chegada família real.

É importante destacar aqui, que as necessidades do Brasil em evoluir na educação quanto as demais artes, só acontece devido a chegada da família real. Isso porque, os interesses da elite, eram os únicos observados naquela época. Havia pouco interesse relacionado ao aprofundamento do pensamento e dos saberes do povo, afinal, os filhos da elite, já estavam bem direcionados e assim, não havia o porquê de desenvolver esses espaços a quem não tinha instrução e não saberia apreciar as artes. Isso reforça o que vimos durante toda a historicidade do nosso país até aqui, da separação, exclusão e falta de interesse em fazer a classe pobre pensar.

Este período foi seguido do Brasil Império (1821-1889), onde se destacaram principalmente, as reformas educacionais. O Brasil, caminhava em busca de organizar a sua educação, então tem-se as reformas no sentido de ampliar o acesso à educação, mas para classe elitista. É como esclarece Bittar (2009) “A educação escolar não era um direito de todos, mas sim, um privilégio de poucos”.

Bem próximo a esse período, ocorre a República velha (1889-1930). Neste período, insurgia o movimento da Escola Nova. Este movimento foi importante, pois colocava a educação, como uma ferramenta capaz de compreender a subjetividade do aluno, levando-o a aprender a aprender, bem como considerar as preferências do aluno e com isso tornar o ensino mais significativo. Os personagens que marcam esse momento são, principalmente, a Tríade da Educação brasileira: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses dos indivíduos, e que se funda sobre o princípio da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932).

Neste período, a República do café com leite apresentava uma divisão no poder entre Minas Gerais e São Paulo. E no tocante à política educacional, não havia preocupações com relação a investimentos públicos.

Dando continuidade, chegamos a Era Vargas (1930-1945), onde tem-se alguns marcos para a educação, entre eles: o Manifesto dos Pioneiros e a criação do Ministério da Educação. O manifesto aqui já citado, refere-se à união de pessoas e educadores/intelectuais do movimento da Escola Nova para a assinatura de um documento que exige uma educação laica, ou seja, separada da religião, uma educação para todos e uma organização.

Segundo o texto do Manifesto, o objetivo ao qual defendia-se propunha:

(...) servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932).

O período da quarta República ocorre de 1945 a 1964, fazendo surgir em 1961, a primeira LDB. Alguns aspectos que podemos citar acerca dessa primeira edição são:

- Matrícula obrigatória nos quatro anos do ensino primário;
- Ginásio e colégio constituíam uma etapa chamada "ensino médio";
- Obrigatoriedade quanto à formação mínima para professores, de acordo com o nível de ensino;
- Não há concepção de currículo.

Nesta mesma época, muito se falava em alfabetização e na necessidade que o país tinha de avançar. Porém, para isso, era necessário extinguir o analfabetismo no país. É nesse contexto, que surge o principal referencial na educação: o grande educador Paulo Freire, responsável por método de alfabetização revolucionário, capaz de alfabetizar dezenas de pessoas em apenas 40h de ensino. O método consistia em “observar e valorizar” o sujeito. Freire defendia uma educação para a libertação. No entanto, naquele momento o Brasil passava por um momento em que podemos chamar de "flerte" com a ditadura. Com isso, Freire é visto como subversivo, sendo portanto, obrigado a sair do país.

Freire aponta

Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987, p. 79).

Seguindo, no período de 1964-1965, o Brasil vive a ditadura militar, onde a educação é pautada pelo ensino tecnicista e pela censura. Esse ensino tecnicista se refere ao ensino voltado para a preparação para o mercado de trabalho de forma a deixar de lado a subjetividade do sujeito, a sua consciência. Esse modelo de ensino censurou professores, faculdades e alunos que defendiam a ideia de que o ser humano tem o direito ao livre arbítrio, de ter a capacidade de falar e pensar conforme quer e não segundo o que regem, impõem.

Dando sequência, na contemporaneidade compreende-se o fim da ditadura e um período em que diversas leis e diretrizes são criadas, com o objetivo de transformar a educação aos moldes do que ocorre atualmente. Dentre esses documentos, destaca-se a Constituição Federal em seu artigo 205 onde diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF/BRASIL, 1988).

Outro marco que se apresenta a educação, é a terceira versão da LDB n° 9394/96, trazendo que os currículos pertencentes ao ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, respeitando as diversidades de cada cultura. Foram publicados também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que davam norte aos currículos. Primeiro do ensino fundamental, depois do ensino médio e também da educação infantil. Contudo, estes Parâmetros caíram em desuso devido a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, é importante acrescentar que eles não foram anulados.

E por fim, apresenta-se a atualidade que carrega em seu seio, traços da construção da nossa educação, mas que muito tem avançado quanto a conscientização do ato de educar. Se antes a educação supria as necessidades da elite, hoje ela busca desenvolver nos alunos o senso crítico, reflexivo e criativo. E, para isso, são necessárias algumas bases, seja do ponto de vista da legislação, seja de cunho social, tendo como origem as demandas dos movimentos sociais, a exemplo da BNCC, política de cotas (que garante uma “igualdade” de direitos aos menos favorecidos), Educação a Distância (EAD).

Sendo assim, vemos na história que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi citada pela primeira vez na Constituição de 88, e aos poucos foi sendo moldada. Sendo apresentada a sua primeira versão em 2015, a mesma continuou sendo modificada, até que no ano de 2017 foi apresentada a sua terceira versão e, em dezembro deste mesmo ano, ela foi homologada passando a valer no ano seguinte. A partir de 2020 ela se tornou obrigatória, extensiva para toda a educação básica. Ou seja, a BNCC norteia os currículos da educação infantil, ensino fundamental, anos iniciais e anos finais e ensino médio.

É perceptível que a BNCC, vem com um ideal de currículo, buscando ofertar o mesmo ensino para todos, promovendo a elevação da qualidade de ensino, tendo em vista que o básico para se formar um cidadão já está prescrito, precisando apenas da execução.

Dando continuidade, ao passar por todas as fases dentro do colégio, no fim do ensino médio (que também recebe orientações da BNCC), o aluno se prepara para o ENEM – que tem por objetivo avaliar o desempenho do estudante no fim da escolaridade básica. A partir do resultado, o então concluinte, conseguirá ou não ingressar no ensino superior. Neste momento,

há algumas variáveis que auxiliam na entrada para esta nova etapa: as cotas, o ProUni e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em face do cenário atual, tem-se em pauta reflexões acerca da educação, sendo mais precisamente: a avaliação. Isso porque na sociedade, o que importa não é o quanto aquele aluno aprende, mas a nota atribuída a ele, dadas as circunstâncias dos processos considerados importantes, neste caso, as provas.

Nesse passo, para que possamos compreender melhor acerca da avaliação, é preciso primeiramente, entender o seu real significado e só a partir daí, poderemos refletir sobre a problemática do sistema classificatório que abomina o erro.

A palavra "Avaliação" vem do latim a+ "valere", que significa "dar valor a algo". Pesquisando um pouco mais, encontramos no dicionário a palavra "Avaliação" de modo que esta tem por significado: "1. Apreciação ou conjectura sobre condições, extensão, intensidade, qualidade etc. de algo. 2. Cálculo do valor de um bem ou de bens."

Se pudermos avaliar este termo em seu segundo ponto, poderemos ver que este sempre se refere a um cálculo, de forma a atribuir uma nota. Mas, e quando essa avaliação é da aprendizagem, pode-se medir o conhecimento de alguém baseado em um único momento?

Segundo Luckesi (2013, p.23), "nosso senso comum está comprometido com os exames escolares e não com a avaliação".

Essa afirmação do autor supramencionado, se põe de forma clara acerca da educação vivenciada nos dias atuais. Como vimos em linhas anteriores, nossa educação passou por diversas mudanças, até chegarmos ao processo de ensino e aprendizagem que vivenciamos hoje. Contudo, a realidade que se expõe é de uma mesma educação vivida desde a modernidade, onde os exames escolares ainda são praticados e, representam a principal ferramenta de avaliação dos aprendentes, reduzindo-os quase que exclusivamente a uma nota. É notório os avanços tidos no nosso sistema durante o passar dos anos, porém, ainda precisa sempre de modo superficial,

de forma que como aponta Luckesi (2013, p.24) "o núcleo do modo de agir se cimentou ao longo desses anos, impregnando nosso modo de nos conduzir no processo de acompanhar a aprendizagem dos nossos educandos".

Esse movimento gera um ciclo vicioso, tendo em vista que segundo o autor, os exames escolares ao modo que existe, têm aproximadamente 500 anos. Enquanto, a avaliação da aprendizagem, começou a ser compreendida a partir de 1930 segundo os estudos de Raph Tyler, que passou a usar esse termo para se referir ao cuidado que os professores precisam ter com a aprendizagem dos seus educandos (LUCKESI, 2013).

Para que se construísse uma educação eficiente, propuseram um sistema de ensino:

(1) ensinar alguma coisa, (2) diagnosticar sua consecução, (3) caso a aprendizagem fosse satisfatória, seguir em frente, (4) caso fosse insatisfatória, proceder a reorientação, tendo em vista obter o resultado satisfatório, pois que esse era o destino da atividade pedagógica escolar (LUCKESI, 2013, p.24)

Embora o passo a passo apresente o caminho para a avaliação da aprendizagem, essa proposta ainda não se efetivou nos dias atuais. Tendo em vista que, os calendários, cada vez mais apertados da escola, não permitem a retomada do conteúdo, ao contrário, os alunos mal terminam de ver determinado assunto e já seguem para outro. Mesmo tendo observado que o aluno não apreendeu o conteúdo de forma satisfatória e eficiente, o professor segue com sua dinâmica, pois, o calendário de atividades não permite uma retomada; até porque, a demanda do professor é tão alta que este ato de percepção da aprendizagem de cada aluno sobre determinado assunto, é ignorada.

Dentre os problemas notórios, essa sobrecarga imposta ao professor, atrapalha a aprendizagem, contribuindo para ampliar os índices de reprovação e dando aos percentuais margem para o fracasso e evasão escolar.

Luckesi, ainda revela uma preocupação acerca da avaliação da aprendizagem nessa perspectiva de exames escolares. O autor consegue resumir de forma contundente a realidade vivenciada e as problemáticas diante do atual cenário da educação, vejamos:

No caso do Brasil, iniciamos a falar em Avaliação da aprendizagem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 do século XX, portanto temos em torno de quarenta anos tratando desse tema e dessa prática escolar. Antes, somente falávamos em exames escolares. A LDB, de 1961, ainda contém um capítulo sobre exames escolares e a Lei n. 5.692/71, que redefiniu o sistema de ensino no país, em 1971, deixou de utilizar a expressão "exames escolares" e passou a usar a expressão

“aferição do aproveitamento escolar”, mas ainda não se serviu dos termos “avaliação da aprendizagem”. Somente a LDB, de 1996, se serviu dessa expressão no corpo legislativo. No caso, nossa atual legislação educacional conseguiu assimilar as novas proposições, porém nossa prática escolar, ainda está bastante longe se conseguiu-la. Em nossas escolas, públicas e particulares, assim como nos diversos níveis de ensino, praticamos muito mais exames escolares do que avaliação da aprendizagem. (...) Estamos necessitando se “aprender a avaliar”, pois que, ainda, estamos mais examinando do que avaliando. Nosso senso comum, na vida escolar, é de examinadores e não de avaliadores (LUCKESI, 2013, p.25).

Por fim, o autor distingue os termos examinar e avaliar, de forma assertiva, quando coloca as intenções e objetivos do ato de cada uma. Enquanto, o avaliar busca o diagnóstico e a inclusão, o examinar acentua a classificação e a seletividade dos educandos. E muito embora, não seja tão perceptível a presença do erro nesta temática, este prevalece em cada entrelinha aqui apresentada (LUCKESI, 2013).

Para compreendermos melhor sobre avaliação, é preciso olhar atentamente para os processos históricos vivenciados na educação, que contribuíram para o modelo de avaliação ao qual temos hoje, como já apresentado anteriormente neste mesmo trabalho.

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão de estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de ensino aprendizagem (LUCKESI, 2013, p. 113).

Acontece que, a educação como um todo, em seu processo de ensino aprendizagem sempre esteve a serviço do classificar, separar, “o bom e o ruim”. Assim, o sistema de avaliação repete o que é vivenciado na própria educação, um sistema que exclui, que não visa o aprendizado, mas a reprodução, não de forma crítica, mas repetitiva, para que “a bola continue a rolar”.

Conforme já destacamos, os principais marcos vividos na nossa educação, apontam para um ensino sempre voltado às necessidades da sociedade elitista, reforçando os processos de exclusão, de forma nua e crua.

O objeto de análise da avaliação de rendimento escolar é a expressão global do aluno, ou seja, sua expressão de forma oral, escrita, corporal ou gestual, tanto na área cognitiva, afetiva-social quanto na psicomotora. (SOUSA, 1990).

A citação acima reforça de forma contundente o que engloba a avaliação, bem como o ensino. Para que o aluno apreenda o que será ensinado, é preciso primeiro trazer seu conhecimento prévio, suas vivências, sua voz para dentro da sala, para que assim, haja assimilação com o que ele conhece e o conteúdo que será passado. O aluno passa a correlacionar vida e ensino, dessa forma, o ensino se torna transformador, interessante. O mesmo é possível falar quanto à avaliação.

Na condição de alguém com uma certa experiência na área da educação e até mesmo como estudante, é um tanto quanto comum, vivenciarmos no dia a dia, didáticas que centralizam o professor, que o aluno é um mero reproduzidor, se faz diferente daquilo que foi exposto, é visto como errado. E daí surge a indagação, o que é errado? Afinal, só existe o erro, pois há um padrão.

A avaliação é um processo dinâmico e coletivo e, conseqüentemente, fruto do compartilhamento entre os sujeitos - o ato de aprender não opera por transmissão da informação, mas pelo encontro permanente dos homens (educadores e educandos), mediatizados pelos diversos saberes de cada um (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Nesse sentido, cabe a reflexão sobre uma nova ótica que por vezes passa despercebida aos olhos dos professores no dia a dia, devido à grande demanda dos conteúdos: a de ouvir o próximo e a partir de seu conhecimento, fazer novas assimilações. Desta forma, o conteúdo que será trabalhado será mais apreendido, mais vistoso aos olhos daqueles que estudam. Afinal, o aluno tem a curiosidade aguçada e sede de aprender quando o conteúdo está “presente em sua vida. Seja através de um jogo, de uma explicação, de uma história.

Dentro da sala de aula, é comum que os alunos constantemente relembrem situações vivenciadas que vão de encontro ao conteúdo estudo. No entanto, ao invés da valorização dessa fala, esta é por vezes ignorada e é motivo de risada, sequer presta-se atenção ao que o aluno vem acrescentar no aprendizado.

Obviamente que devemos filtrar os comentários que irão somar, no entanto, é importante para o professor é principalmente para o aluno, se sentir parte atuante em seu processo de ensino aprendizado.

3.1 Avaliação e o Professor: Uma Relação Cheia de Lacunas

Com base na teoria de Vigotski, pode-se dizer que a aprendizagem é um caminho que nos leva a um ponto. Exemplificando: estamos no ponto A e queremos chegar ao ponto B, todo

esse trajeto se caracteriza como aprendizagem.

Falando através dos estudos de Vigotski, ao aprendermos algo novo, saímos de um ponto inicial na qual é chamado de "Nível de desenvolvimento real" (aquilo que a gente realmente sabe), e aquilo que ansiamos por aprender é chamado de ponto B ou "Nível de desenvolvimento potencial" (o percurso que vou percorrer). Nesse processo, o professor é aquele que detém da voz, que transmite segurança ao aprendiz, que demonstra afetividade, e que auxiliará os alunos, com dicas, estratégias e instrumentos para que façam esse percurso da melhor forma, visando sobretudo, o melhor aproveitamento durante a caminhada. O professor nessa ótica, exerce o papel de mentor.

Ao falar em Avaliação da aprendizagem, é necessário não somente saber que saímos do ponto A e precisamos chegar no ponto B. É preciso se manter no caminho para que a aprendizagem aconteça de forma efetiva. Sendo assim, Luckesi nos apresenta duas óticas, ao qual podemos ver a avaliação da aprendizagem, a primeira como sendo: Pedagogia do exame e a segunda, a avaliação da aprendizagem em si.

O autor ressalta que a Pedagogia do exame, como conhecemos, surge por volta do século XVI/XVII. Para melhor compreendermos, vamos exemplificar o que seria essa Pedagogia do exame: esta se relaciona aos vestibulares e concursos, onde a banca ou o aplicador da prova, não está ali para ensinar, para assegurar que o processo seja aprendido, mas sim, para verificar se o que foi realizado por quem está sendo avaliado condiz com as expectativas e o resultado esperado. Assim, ao realizar a prova/exame, o aplicador corrige, e verifica se o resultado foi positivo ou negativo, depois, o classifica como sendo aprovado ou reprovado, dando a chance aquele aluno/pessoa de passar para mais uma fase/vaga ou não. Desta forma, o aplicador se mantém no Ponto B - aqui já falado -, não faz parte do papel dele saber de onde eu parti e o processo seguido, apenas o resultado importa.

Sendo assim, levanta-se uma questão sobre o papel das escolas, dos professores de cursinho ou de ensino superior e até mesmo as famílias, que se assemelham a esse aplicador, que não se importam com o processo, visando apenas o resultado, o status.

O autor então traz um diagnóstico quanto a esse caso, segundo ele:

O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se

utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado por mais uma pedagogia de exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2013, p.32)

Existe outra crítica que Luckesi vai fazer ao percurso, principalmente nesse enfoque de que apenas o resultado final importa, ignorando todo o processo de aprendizagem pelo qual o aluno passa, tendo ainda que viver todo esse processo sozinho.

Durante o ano letivo, as notas vão sendo observadas, médias vão sendo obtidas. O que predomina é a nota: não importa como elas foram obtidas nem por quais caminhos. São operadas e manipuladas como se nada tivessem a ver com o percurso ativo da aprendizagem (LUCKESI, 2013, 32).

Nessa Pedagogia tanto o professor quanto o aluno focam seu olhar para treinar a aprovação, e esquecem, ou não dão importância para o pós aprovação, para o que vem depois ou como o conhecimento vem ou virá a ser utilizado na vida do aprendiz. O ensino fica assim em segundo plano.

O autor ainda traz um alerta sobre essa Pedagogia tão presenciada na vida dos alunos, uma vez que, esse tipo de foco traz consequências, seja no âmbito social, pedagógico ou psicológico, já que o aluno sempre será julgado pela nota que tira, pelo seu lugar e pela sua posição, de forma a indicar ao aluno que a posição que ocupa na sociedade sempre terá como indicador esses marcos classificatórios.

3.2 A Avaliação e suas Funções: Afinal, quais são elas?

A avaliação para além da aprendizagem, carrega em si funções que nos auxiliam a identificarmos o tipo de professor e qual sua conduta dentro de sala de aula, isso porque, cada uma delas apresenta uma forma diferente de ver a avaliação. Há três tipos de funções, quais sejam: diagnosticar, verificar e apreciar.

A primeira função está ligada a uma percepção prévia do nível do aluno, dos conhecimentos que carrega consigo, esta também se interliga a identificação de dificuldades de aprendizagem, presença ou ausência de habilidades, assim como nos aponta Bloom, Hastings, Madaus (1975), Mira e Solé (1996, p.31).

A avaliação diagnóstica pretende averiguar a posição do aluno face a

novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e a aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de obviar as dificuldades futuras e, em certos casos, de resolver situações presentes (KRAEMER, 2005, p. 7).

A segunda função é a avaliação formativa. Nesta, o professor busca constatar como está o aprendizado dos alunos em relação ao que está sendo trabalhado. Neste tipo de avaliação da aprendizagem, a orientação e o feedback são mecanismos utilizados, a fim de auxiliar o professor e o aluno em todo o processo por eles, vivenciado.

(...) se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas. Representa o principal meio através do qual o estudante passa a conhecer seus erros e acertos, assim, maior estímulo para um estudo sistemático dos conteúdos. Outro aspecto [...] é o da orientação fornecida por este tipo de avaliação, tanto ao estudo do aluno como ao trabalho do professor, principalmente através de mecanismos de feedback. Estes mecanismos permitem que o professor detecte e identifique deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. [...] a avaliação formativa visa informar o professor e o aluno sobre o rendimento da aprendizagem no decorrer das atividades escolares e a localização das deficiências na organização do ensino para possibilitar correção e recuperação (HAYDT, BLOOM, HASTINGS, MADAUS *apud* KRAEMER, 2005, p. 7/8).

E por fim, a terceira função: a avaliação somativa, ao qual é responsável por identificar o grau de domínio do aluno em uma específica área de aprendizagem. Esta também tem por finalidade classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem de acordo com os níveis de aproveitamento (KRAEMER, 2005, p. 8),

A avaliação somativa pretende ajuizar do progresso realizado pelo aluno no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir resultados já colhidos por avaliações do tipo formativa e obter indicadores que permitem aperfeiçoar o processo de ensino. Corresponde a um balanço final, a uma visão de conjunto relativamente a um todo sobre o qual, até aí, só haviam sido feitos juízos parcelares (KRAEMER, 2005, p. 8)

Desta forma, percebemos que há uma correlação entre as funções da avaliação, elas não são avulsas em si mesmas. Cada uma serve para apontar ao próximo passo, sendo este último um balanço geral de todo o processo vivenciado durante a aprendizagem do aluno.

3.3 A Avaliação e o Erro: Um Balanço Sobre essa Relação

Dentro da bagagem que carrego enquanto discente, docente, vejo diariamente o quanto o erro é frustrante dentro das salas de aula, e não me refiro tão somente aos alunos, mas também aos professores. Entretanto, tomando apenas como referência, o aluno, é possível afirmar que há um nível de cobrança muito acentuado, para que ele seja sempre, “o melhor”. Porém, não de forma a apreender para si as aprendizagens, realizando assimilações entre a vida real e o que lhe é ensinado, mas no aspecto classificatório, de ser o primeiro da sala, de ir bem nas provas, de passar para o vestibular, de ser “o nota 10”. E a partir daí, quando o erro aparece, quando aquela dúvida e aquele sentimento de incapacidade surgem, o medo, o receio, a ansiedade e a negação vêm à tona. Afinal, como não tirar 10? “Eu sou burro”, batidas da cabeça na mesa, dentre outros meios de se “ferir” emocional ou fisicamente. Isto tudo porque há um sistema que classifica o aluno, diariamente. De modo a não se preocupar com o aprendizado significativo, mas com a reprodução em massa, para atender as necessidades da fábrica, do mercado de trabalho.

Haverá muito trabalho psicológico futuro para que as crianças e os jovens de hoje se libertem de suas fobias e ansiedades, que foram se transformando em hábitos biopsicológicos inconscientes. Hábitos criados pelo medo que, com certeza, não serve para nada mais do que garantir uma submissão internalizada (LUCKESI, 2013, p.188).

Se parássemos para problematizar dentro das salas, aos pais e até aos próprios alunos e escola, sobre o que vale mais: um aprendizado efetivo ou várias notas 10, qual seria a resposta deles? A frustração que o erro e o não saber causam, assusta. Estamos vivenciando uma sociedade que não sabe se frustrar, e ainda mais, que só cobra, sem reconhecer todo o esforço por traz dali.

Ao realizarmos uma avaliação com os alunos, várias variáveis devem ser observadas: além daquilo que o aluno usou como resposta naquele papel cheio de questões, temos de enxergar um pouco mais além, a exemplo do desempenho desse aluno na sala de aula, qual ou quais ferramentas pedagógicas que podem ser utilizadas, para que as habilidades e potencialidades dele, sejam estimuladas, se destaquem mais do que suas debilidades. Precisamos ainda tentar descobrir se aconteceu algo naquele dia que pode ter interferido diretamente no seu desempenho, sua participação. Enfim, é necessário conhecer e perceber esse aluno como um todo. Não falo de ignorar as respostas tidas na avaliação, porque a partir delas poderemos analisar e ressignificar muitas coisas, sem expor os alunos. Contudo, me refiro a ir além das notas e não dar tanto valor somente a elas.

Sendo assim, Luckesi (2013, p.185) nos aponta que:

A visão culposa do erro, na prática escolar, tem conduzido ao uso permanente do castigo como forma de correção e de direção da aprendizagem, tornando a avaliação como suporte de decisão. Todavia, uma visão sadia do erro possibilita sua utilização de forma construtiva.

O autor nos traz a reflexão sobre esses processos instaurados e da forma que o erro pode ser utilizado dentro do sistema de avaliações. Ele nos apresenta também uma outra ótica que vale uma maior discussão: que se refere aos castigos.

Por vezes, escutamos dos professores “prestem atenção, pois esse assunto vai cair na prova. Depois não reclamem porque não aprenderam”, “Eita Jackelyne, não prestou atenção na aula e tirou nota baixa”. Além de outras frases que poderíamos citar e problematizar aqui. As notas também viraram um motivo de castigo, o sentimento após a nota baixa, não leva o aluno a refletir sobre o que errou e querer olhar de modo diferente como aquilo poderia ser resolvido. Ao contrário, esse aluno alimenta a ideia de que é incapaz, de que “não serve para nada”, que está decepcionando a todos e isso faz com que o desinteresse se torne ainda maior.

O clima de culpa, castigo e medo, que tem sido um dos elementos da configuração da prática docente, é um dos fatores que impedem a escola e a sala de aula de serem um ambiente de alegria, satisfação e vida feliz. Assim, as crianças e os jovens rapidamente se afastam de tudo que lá acontece e, mais que isso, temem o que acontece no âmbito da sala de aula. (LUCKESI, 2013, p.188)

Ao invés de práticas que afastam o aluno do ato prazeroso de adquirir conhecimentos, a avaliação e nesse caso, o erro, deveriam ser fonte de crescimento, de modo a verificar a aprendizagem.

Nessa perspectiva, Luckesi nos apresenta uma síntese que exprime de forma contundente aquilo que deveria acontecer só enxergarmos o erro.

Reconhecendo a origem e a constituição de um erro, podemos superá-lo, com benefícios significativos para o crescimento. Por exemplo, quando atribuímos uma atividade a um aluno e observamos que este não conseguiu chegar ao resultado esperado, conversamos com ele, verificamos o erro e como ele o cometeu, reorientamos seu entendimento e sua prática. E, então, muitas vezes ouvimos o aluno dizer: "Poxa, foi agora que compreendi o que era para fazer!". Ou seja, foi o erro, conscientemente elaborado, que possibilitou a oportunidade de revisão e avanço. Todavia, se nossa conduta fosse a de castigar, não teríamos a oportunidade de reorientar, e o aluno não teria a chance de crescer. Ao contrário, ele teria um prejuízo no seu crescimento, e nós perderíamos a oportunidade de sermos educadores (LUCKESI, 2013, p.194).

A partir desse viés, modificamos o nosso olhar sob o erro. Este não se refere mais a um fracasso ou fonte de ameaça, de modo que haja uma autossabotagem, mas ocorre uma nova significação. Vou exemplificar o método de como o erro é mal visto, levando até os próprios alunos a utilizarem falas como “quando eu vejo alguém falando errado, isso me irrita”.

A sociedade atual está em busca de constante aprovação, querem ser sempre aplaudidos, glorificados, instruídos com o máximo de informação possível. A era tecnológica, do saber rápido, de atualizações a cada minuto, transforma essa nova geração, em pessoas rasas, com saberes rasos: sabem um pouco de tudo, mas sem aprofundamento e quando essa geração se depara com algo desconhecido que os leva a errar, ocorre a frustração, gerando uma sobrecarga emocional e por vezes punições até físicas.

Durante uma aula, o aluno se dirigiu ao professor e falou: “como eu já sei inglês, quando eu vejo alguém falar errado, isso me irrita muito e eu fico sem saber o que fazer”. É notório, que o erro para esse aluno é visto como algo inimaginável, fonte de desinteresse e falta de aprendizagem, quando na verdade, é o erro que nos leva a chegar numa ressignificação, aprendizagem efetiva. Quando percebo que errei, eu observo todo o trajeto que percorri, observo em que passo houve o erro e assim, compreendendo o erro, eu refaço a assimilação.

Luckesi (2013, p.194) assevera,

O erro, especialmente no caso da aprendizagem, não deve ser fonte de castigo, pois é um suporte para a autocompreensão, seja pela busca individual (na medida em que me pergunto como e por que errei), seja pela busca participativa (na medida em que um outro – no caso da escola, o professor - discute com o aluno, apontando-lhe os desvios cometidos em relação ao padrão estabelecido). Assim sendo, o erro não é fonte para castigo, mas suporte para o crescimento. Nesta reflexão, o erro é visto e compreendido de forma dinâmica, na medida em que contradiz o padrão, para, subsequentemente, possibilitar uma conduta nova em conformidade com o padrão ou mais perfeita que este. O erro, aqui, é visto como algo dinâmico, como caminho para o avanço.

Vale salientar que o caminho para a superação dessa visão do erro como algo negativo, vem sendo construído, trabalhado dentro das escolas, das universidades – na formação de docentes. Contudo, como já apresentado anteriormente, o fator histórico carrega um peso imensurável na nossa educação, desde o fato de uma escola de qualidade para todos, até uma avaliação que busque ser suporte para a aprendizagem e não meio de ameaça para castigo psicológico.

Nessa direção, a avaliação é indiscutivelmente, uma importante ferramenta na aprendizagem. Ela transforma não só o aluno, mas orienta o professor, lhe apresentado um *feedback* sobre os seus métodos de apresentação de conteúdo, de trabalho.

O erro na avaliação da aprendizagem, por sua vez, corrobora para o trabalho do professor, levando-o a perceber se há algo que precisa ser modificado, afinal, o que funciona para um, não funciona para outros. E, dentro da educação, temos por objetivo buscar alcançar a todos ofertando o melhor ensino aprendizagem.

Dando sequência, no capítulo seguinte, será apresentado a metodologia utilizada no estudo realizado em uma escola particular na cidade de João Pessoa/PB, dando enfoque às percepções observadas quanto a aprendizagem, sendo mais específica, no que se refere à avaliação e ao erro.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo abordaremos o tipo de pesquisa utilizado para a elaboração deste trabalho, no caso, a pesquisa qualitativa, que foi desenvolvida através de um estudo de caso com observações feitas em uma sala do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada de João Pessoa – PB. A observadora é auxiliar de sala nesta instituição. Sendo assim, esta vem acompanhando a turma desde o início, de modo a conhecer, ainda que superficialmente, o comportamento dos alunos e as metodologias utilizadas na sala de aula pela professora e pela própria.

Esta escolha foi feita a partir de observações e indagações com a turma, já presentes no

início desse trabalho de conclusão de curso. Sendo assim, o estudo de caso vem para somar de forma a analisar de forma mais centralizada/objetiva a perspectiva do ensino, sob a ótica da avaliação da aprendizagem e do erro sendo parte desta.

Tomando por base os objetivos deste estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, pois a partir desta é possível deter uma leitura da realidade, neste caso, das salas de aula, pois, como aponta Gil (1999):

as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (1999, p.43).

Deste modo, o estudo se deu a partir de pesquisas relacionadas ao tema e todas as suas vertentes, para uma melhor compreensão e aprofundamento sobre a temática, trazendo o principal referencial da temática “Avaliação da aprendizagem” para melhor fundamentar a discussão. Posteriormente, a partir da leitura e reflexão dos textos, livros e artigos, fez-se uma correlação entre o que é apresentado nestes e o que é vivenciado na realidade.

Desta feita, o estudo de caso foi realizado em uma escola privada de João Pessoa – PB, localizada na região Sul da cidade, contemplando como participantes do estudo, a turma do 3º ano do Ensino Fundamental.

A escolha pela escola privada se deu pela proximidade da pesquisadora com a turma, tendo em vista, que trabalhou no local por um período de 2 meses. Assim, a observação seria mais fácil, já que o convívio diário fornece isso.

Com relação aos participantes da pesquisa, tomamos como referencial, uma turma de 3º ano do E.F.I, contemplando uma professora polivalente e uma auxiliar, e 24 alunos. O método de seleção se deu a partir de indagações anteriores.

É importante esclarecer que, a observação foi realizada sob a ótica do trabalho da professora aqui nomeada como Luz, contemplando também o ponto de vista dos alunos, as percepções realizadas a partir de seus comportamentos, comentários, desabafos etc.

Segundo Gonsalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Desta forma, buscaremos um olhar investigador afim de averiguar as práticas e a forma

como a avaliação se dá dentro das salas de aula nos tempos atuais, tendo por referencial os teóricos aqui apresentados. Para tanto, esse encontro mais direto será de grande valia para atribuir ainda mais valor a pesquisa, tendo em vista que, a pesquisadora já se encontra em trabalho com a turma, de modo a facilitar as percepções e observações que serão diárias neste processo.

5. ESTUDO DE CASO: UMA ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS FATOS OBSERVADOS

O presente capítulo tem o propósito de apresentar as observações realizadas na turma do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular na cidade de João Pessoa – PB. A observação ocorreu no período de dois (02) meses, precisamente entre os meses: Abril e Maio e, teve como objetivo principal acompanhar a turma em questão, de forma mais sistemática, sendo esta composta por 24 alunos, uma (01) professora polivalente e uma (01) auxiliar de sala. Em princípio, iniciaremos com uma descrição da turma.

Durante a observação da turma ficou visível que os alunos são bem agitados, gostam de conversar, de brincar – inclusive perdem facilmente o foco no que está sendo trabalhado, ao ponto de desviarem/focarem toda sua atenção em uma conversa com os colegas ao lado ou simplesmente começam a brincar. Há 4 alunos com laudo na sala, que foram diagnosticados com Transtorno de Déficit Atenção (TDAH), sendo um deles acometido com mais um transtorno, no caso o “Transtorno Opositor Desafiador (TOD)”. Quanto a professora, esta mostrou-se calma e paciente, buscando sempre resolver os problemas com diálogo, evitando punições e utilizando-se de metodologias com características mais tradicionais. A organização da turma se dá através de fileiras e com a professora à frente. As atividades pedagógicas são realizadas com apresentação de data-show – o livro utilizado como material para auxiliar na aprendizagem é espelhado no quadro com a ajuda do data show, a professora lê o texto, as

perguntas e responde no quadro. As atividades realizadas sempre se baseiam no livro didático utilizado para a escola. Não há uso de outros meios para a aprendizagem.

As metodologias utilizadas para o ensino das crianças são sempre as mesmas. A principal ferramenta de aprendizagem adotada é o livro. Apenas o que é apresentado nele, da maneira que está e contendo apenas as informações que nele contém. Quando se inicia um novo conteúdo, a professora - geralmente - lê o texto e depois explica brevemente e posteriormente, resolvemos as questões contidas no livro. A partir deste momento, fica perceptível a passividade dos alunos no processo de ensino aprendizagem. Outro fator que corrobora a afirmação feita, é que os alunos têm que acompanhar as respostas colocadas no quadro. Quando fazem antes lhes é solicitado que apaguem. Por exemplo: estamos resolvendo a questão 1, se o aluno já respondeu todas as outras, a professora solicita que apague para que eles acompanhem o que tá sendo respondido. Esse modo de trabalho reafirma a passividade, torna os alunos meros reprodutores e, totalmente dependentes da resposta correta que está sendo colocada no quadro. Além de tirar a autonomia, isso corrobora para uma baixa autoestima, pois o aluno tem medo de ser repreendido e de ter errado.

Em uma situação observada na sala, o aluno começou a responder a atividade sozinho, antes dos outros – atividade essa que seria respondida em sala -, ao visualizar isso, a professora pediu que o aluno apagasse, mesmo contra sua vontade. O aluno indagou o porquê disso e a mesma disse que ele teria de acompanhar o restante da turma. Ou seja, se os demais alunos estão na questão 1, ele deve esperar para poder ir para a 2. Quando chegou a questão que o aluno estava respondendo, a professora que já tinha observado que as respostas estavam erradas, perguntou ao aluno após colocar a resposta correta no quadro: “tá vendo que o que você fez estava errado. Não espera e dá nisso”. O aluno ficou envergonhado e copiou. É importante frisar que o aluno em questão tem TDAH. Outro fator que vale a ressaltar é que eu estava observando o aluno nesse momento anterior de resposta, e que o seu erro na verdade foi apenas uma interpretação diferente da que pedia na atividade. Ao olhar a questão, o aluno deduziu que era para somar, quando na verdade, ele deveria subtrair para encontrar o resultado.

A postura adotada pela professora só indica o tradicionalismo presente nas salas de aula, lembrando o modo de ensino do passado. Em relação a esse aspecto, Luckesi (2013, p.24) nos aponta a direção acerca das práticas, de modo que expõe “o núcleo do modo de agir se cimentou ao longo desses anos, impregnando nosso modo de nos conduzir no processo de acompanhar a aprendizagem dos nossos educandos”.

Durante nossa vida escolar, apreendemos também para além dos conteúdos, os modos

de ser dos professores, temos eles como referenciais, de como falar, direcionar. Essa bagagem, influencia diretamente a forma que trabalharemos enquanto docentes. Sendo assim, os modos tradicionalistas, instituídos e enraizados nas nossas escolas e universidades, corroboram para a reprodução desse modelo instaurado. É difícil nadar contra a maré, quando por vezes até a coordenadora, acredita que o correto a ser seguido é a mesma metodologia já utilizada durante os anos. Em relação a isso, Luckesi (2005, p.30) faz a seguinte afirmação: “Em nossa vida escolar, fomos muito abusados com os exames (...)”. “(...), hoje no papel de educadores, repetimos o padrão.”

Ao trazer essa afirmação do autor, conseguimos compreender de forma teórica e prática as vivências que se repetem em um ciclo vicioso dentro do ambiente Estudantil. Em uma aula da Universidade escutei: “o sonho do oprimido, é se tornar opressor”. Essa frase me ajudou a refletir sobre as práticas as quais tive acesso e as quais reproduzia. Isso também me fez enxergar qual era/é o meu papel dentro da sala de aula a partir de uma nova ótica, a de começar a mudança que eu quero. Inicialmente, por mim.

Seguindo nessa mesma vertente, traremos outro caso percebido em sala. Agora referente ao erro, de modo geral. O errar por não conhecer. Em um dia de aula, o aluno durante a aula de inglês, indagou o professor de forma pois, o mesmo se irritava quando seus colegas erravam ao falar ou pronunciar alguma palavra errada, ele não compreendia o erro, achava isso um absurdo. – Serve aqui um adendo: esse aluno é fluente em inglês, mesmo sendo tão novo. Ele está um nível a frente da turma que ainda está naquele inglês básico. – O professor sem acreditar na fala, olhou para mim e ficou perplexo, até pela forma que o aluno falou e respondeu, numa tentativa de explicar que o erro é comum. Ele vem para ressignificar conceitos e saberes que não condizem com a realidade, mas que este é natural e importantíssimo no processo de ensino-aprendizagem. Dizendo ainda, que ao invés do aluno se irritar, ele deveria ajudar o colega para que assim, ele compreenda a forma correta e assim apreenda de forma significativa.

Nesse momento, saltam os olhos, o quanto o erro é visto como algo ruim, de modo a incapacitar uma pessoa por não saber ou não ter compreendido, ou até mesmo, ter feito uma assimilação através de uma outra concepção sobre o exposto. A partir desse simples exemplo, é possível visualizar o que vem sendo trabalhado e citado neste estudo, o ato de avaliar um erro de forma a não avaliar, mas examinar, buscando visualizar apenas o resultado final, sem compreender e acompanhar todo o processo.

Em relação a esse aspecto, vejamos o que afirma Luckesi (2005) “O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de tudo, implica a

disposição de acolher a realidade como ela é”. Isso representa acolher a toda e qualquer realidade apresentada, seja ela satisfatória ou não.

Nessa perspectiva, através do que é trazido pelo autor, conseguimos depreender que o aluno é um aprendiz, dentro de seu processo em construção e consciência cidadã. Já reproduz falas e modos de agir que repudiam o erro. Ele não consegue acolher a realidade, pois, esta não atende às suas expectativas. Sendo assim, ele aponta, o que neste caso podemos fazer ponte com a Pedagogia dos exames que não busca compreender o processo, apenas o resultado final.

Em um outro momento, foi feita uma revisão com a turma sobre determinado conteúdo. Foi perceptível que os alunos não dominavam o conteúdo, afinal, ele foi visto rapidamente, discutido pouquíssimo, e assim, os alunos sequer conseguiram associar a realidade vivida para que pudessem aprender e relembrar quando instigados. Continuando a revisão, um dos alunos foi indagado sobre sua resposta, de modo que ele pudesse refletir um pouco mais e assim conseguir ter outro ponto de vista. Quando lembrado que haveria prova no outro dia e que é importante buscar ressignificar os conceitos errados, o mesmo disse que basta estudar para fazer a prova e que assim saberia responder.

Essa fala reforçou aquilo que vinha sendo notado quanto às salas de aula e às aprendizagens nos dias atuais: os alunos não aprendem o conteúdo, eles não o dominam, sequer se interessam em tentar compreender, pois sabem que basta decorar e reproduzir no dia da prova que tudo vai ficar bem. Afinal, o que importa é a nota. E, a nota não toma esse poder apenas para o aluno, mas também para o professor, para a coordenação da escola, mas principalmente para os pais. O que reafirma de forma incontestável tudo que aqui foi apresentado até o dado momento.

Sendo assim, Luckesi (2013, p.32) traz:

O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes.

Comentando acerca da citação utilizada para contribuir com os conceitos aqui expostos, nos deparamos um outro viés que cabe uma reflexão: a da expectativa. Que gera frustração ou alegria, talvez até uma surpresa, mas essa mesma expectativa coloca o aluno em um processo perigoso, uma vez que este pode não estar preparado para se frustrar, gerando assim um colapso, contribuindo para um afastamento e uma baixa estima.

Dessa forma, outro ponto a se trabalhar e que é de grande valia para o nosso trabalho, refere-se à avaliação, a qual no decorrer do processo, eram sempre “orientados” quando a resposta não condizia com a pergunta, não de modo a fazê-lo refletir, mas já apontando o erro e pedindo correção. Outro fator importante, que vale ressaltar, é a insegurança presente nesta turma, que não confia nas respostas que colocam, apresentando mais uma vez que o modo tradicionalista e passivo só instigam para um aprendizado lacunoso. Nesta mesma situação, os alunos ainda são orientados a reproduzirem a resposta da forma que está no texto, pois caso não aconteça da forma esperada, a resposta mesmo que correta, porém, escrita de modo diferente, não é considerada.

De acordo com Neto e Aquino (2009, p. 228)

Hoffman (2001) aponta a ação avaliativa como interpretação cuidadosa e abrangente das respostas do aluno frente a qualquer situação de aprendizagem, sendo necessário entendê-la como acompanhamento de uma trajetória.

Quanto a este fator, conseguimos findar a situação vivenciada em sala de aula com a citação da autora, uma vez que é possível concluir que os atos durante esse processo avaliativo, em nada se mostram com a real Avaliação da aprendizagem, ao contrário, indicam uma pedagogia do exame, visando apenas a reprodução cega, não importa a que meios ela venha – seja o decorar, seja o reproduzir da forma que está no texto, sem ao menos refletir e conseguir captar o que o texto trabalha.

Em várias nuances, o trabalho feito em sala junto a esses alunos, indicam que o processo de ensino-aprendizagem, bem como o ato de avaliar, não está assegurando a qualidade e melhoria na educação. Luckesi (2005), ainda expõe que o processo de avaliação deveria ser processual e dinâmico. Contudo, o que se encontra na realidade desta sala de aula, são processos repetitivos que não conseguem tocar a todos os modos de aprendizagem dos alunos que compõem a turma. Por exemplo – sabemos que há diversos modos de aprendizagem: através da leitura, da escrita, do ouvir, do escrever, do falar. No entanto, nas salas de aula, nem sempre os alunos são agraciados com esse momento de conseguir “tocar” a todos. – para compor as notas ao final do bimestre, os alunos precisam fazer 3 avaliações, sendo duas destas provas e uma sendo a culminância (apresentação sobre uma temática. Acontecerá em forma de apresentação).

As avaliações propostas para a composição de notas, raramente consideram abranger outros modos de aprendizado, a fim de verificar como anda esse processo. Elas visam apenas o que o sistema já tem imposto e seguem sem ao menos indagar. Imaginem uma

avaliação sendo ela a prova em si, outra como sendo participação, atividades, comportamento e apresentações, enquanto outra seria realizada através de um trabalho em grupo.

O fato é que todos esses modos de trabalhar propostos, conseguem incluir e ainda trabalhar a inclusão e a diversidade, afinal, se o professor conhece seus alunos, ele consegue montar um grupo com variedades de aprendizagem. Essa estratégia contribuirá para que aprendam uns com os outros, por meio do processo de interação, mesmo que não percebam. O fato das avaliações serem realizadas apenas tendo como instrumento de avaliação, provas, gera nos alunos um sentimento de ansiedade, medo e talvez até de ameaça.

Nessa perspectiva, Neto e Aquino (2009, p. 224) expõe:

(...) pensar em Avaliação no contexto escolar significa pensar em tomada de decisões dirigidas a melhorar o ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. Refletir sobre como direcionar a avaliação para esse caminho supõe pensar no objetivo de avaliar, pergunta-se sobre as funções da avaliação.

Sendo assim, a partir dessa citação trazida, refletimos também sobre os processos instaurados. Um outro exemplo vivenciado que consegue ilustrar bem a forma de como a avaliação não vem se dando como meio de diagnóstico, mas de repressão e ameaça; é quando a professora da sala chama a atenção dos alunos para o conteúdo porque este vai cair na prova, então quem não prestar atenção, vai tirar nota baixa, não vai conseguir resolver, vai achar difícil. Essa fala problematiza em diversos contextos o processo de ensino-aprendizagem e também a avaliação. É notório que o tom utilizado é de “ameaça”, para causar medo, buscando através da fala a atenção dos alunos. Contudo, ao fazer esse tipo de fala, a professora reforça que eles precisam prestar atenção naquele conteúdo pois é este que vai cair na prova, isso gera desinteresse, quando o assunto foge ao tema. Neste caso, os alunos ficaram quietos por 5 minutos e depois voltaram ao seu comportamento corriqueiro, conversar entre si. Cabe aqui ressaltar que, embora os alunos estivessem em silêncio para olhar para o quadro e “ouvir a explicação”, isso não significa que eles estivessem apreendidos naquele momento, significando que ali ocorreu uma aprendizagem significativa. Conseguimos dentro deste ponto, problematizar a conduta, as falas, a postura e o próprio papel que a avaliação tem para essa professora, bem como terá para seus alunos.

Quando Paulo Freire fala sobre a Pedagogia do oprimido, ele expõe aí – ao meu ver – práticas de professores tradicionalistas, que tentavam conter a turma a todo modo, tendo enfoque na avaliação como algo que assusta, assim, ao passo em que esses alunos crescem e

tornam-se adultos e talvez até professores, a ideia deles é também oprimir, afinal, o papel da avaliação é este. Claro que isto baseado em suas experiências, nada ligado ao real sentido da avaliação e sua função em si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou um maior aprofundamento sobre a temática abordada, uma vez que embora tenha-se uma ideia acerca da avaliação da aprendizagem, pouco se sabe sobre o seu real significado dentro do processo de ensino-aprendizagem. Assim, foi possível lançar um olhar investigador, para perceber, assimilar e desconstruir padrões (dentro da minha visão e do meu trabalho, enquanto futura pedagoga).

Dessa forma, diante dos fatores apresentados sejam ao que se refere no âmbito teórico, seja no fator investigativo, percebemos que há uma necessidade de aprofundamento e de busca contínua acerca da avaliação e os impactos que ela provoca na vida escolar de crianças e adolescentes, em especial.

É de grande notoriedade, a complexidade que envolve a problemática da avaliação da aprendizagem e o quanto o fator “classificação” tem sido presente ainda hoje nas práticas vivenciadas na escola, sendo a nota, sinal de aprendizagem “significativa”. Mesmo que, com

base nos estudos, percebamos que há uma espécie de maquiagem em torno da educação vivenciada atualmente com um falso conceito de avaliação.

Como visto, a avaliação é um processo contínuo, que requer acompanhamento, mas que principalmente visa averiguar a situação do aluno para que, a partir dos resultados encontrados, possamos fazer novas assimilações a fim de que se alcance uma aprendizagem significativa. A avaliação nesse sentido, é um ato amoroso, não uma ferramenta para causar medo, para ameaçar, castigar. Neste caso, a avaliação vem para diagnosticar, ajudar, ser meio de cuidado para com o aluno.

Neste contexto, entra o erro passa a assumir um “importante papel” na avaliação. No entanto, o erro é mal interpretado, sendo visto como algo muito negativo, capaz de rotular alguém. Contudo, é o erro dentro do processo de avaliação que nos permite visualizar algo que, raramente, conseguimos perceber. Sendo assim, a avaliação deveria ser meio de suporte e o erro seu ponto de investigação, para que assim, ocorressem mudanças significativas e necessárias, no processo de aprendizagem. Mas para isso, é imprescindível reavaliar condutas, pré-conceitos existentes e uma nova compreensão acerca da problemática que tem sido a avaliação desde a sua existência.

É comum que quando se pensa em avaliação, imediatamente vem à nossa mente, o recurso da prova. No entanto, o ato de avaliar vai desde uma atividade, uma apresentação, o comportamento, a percepção que tenho do outro, e, até a forma que aprendo.

Entendemos que, para que ocorra essas mudanças, exige-se mudança também na forma de educar, ressignificando um todo, sobretudo, na parte dos educadores, aqueles que estão em sala e que vivenciam as realidades de cada um de perto. Para isso, compreendemos que é necessário o desejo, mas antes de tudo a percepção de que está sendo reproduzido uma pedagogia baseada no exame, na classificação, no que o fim do percurso tem a falar e não todo o processo seguido até ali.

É importante também, que para além de um desejo, busque-se uma formação adequada para suprir as lacunas e desconstruir certezas, de forma a utilizar-se de formação inicial e contínua coerente, aos quais se objetive questionar os modelos solidificados dentro das salas, principalmente quando esta se refere à avaliação, ao erro, sendo estas práticas modelos que fortalecem uma sociedade excludente.

Portanto, a partir das reflexões apresentadas, concluímos que a educação atual se apresenta como mudada, mas, na nossa percepção, conseguimos visualizar vestígios de uma educação tradicionalista, que busca passividade e reprodução. Ou seja, a “avaliação”, na

verdade ou a pedagogia do exame, é utilizada como ferramenta de opressão e não suporte para o aprendizado. No entanto, seguimos, enquanto futura docente em uma busca diária pela mudança, começando por mim e pelo meu trabalho, indagando e refletindo, buscando uma formação contínua e aprofundada de forma a transformar e fundamentar minhas práticas pedagógicas, sendo elas, preferencialmente, inclusivas, integradoras e acolhedoras.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. **História da educação e da Pedagogia – Geral e do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Avaliação da Aprendizagem (na visão de Paulo Freire). Secretaria de Gestão e Governo Digital. Governo do Estado de São Paulo. 2018. Disponível em: <[http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Avalia%C3%A7%C3%A3o_da_Aprendizagem_\(na_vis%C3%A3o_de_Paulo_Freire\)#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20processo,diversos%20saberes%20de%20cada%20um.>](http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Avalia%C3%A7%C3%A3o_da_Aprendizagem_(na_vis%C3%A3o_de_Paulo_Freire)#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20processo,diversos%20saberes%20de%20cada%20um.>)> Acesso em 01 de junho de 2023.

BITTAR, Marisa. **História da educação: da antiguidade à época contemporânea** / Marisa Bittar. -- São Carlos: EdUFSCar, 2009.

BLOOM, B. S., HASTINGS, J. T., MADAUS, G. F. **Evaluación del aprendizaje**. Buenos Aires: Troquel, 1975.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alinea, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 31 maio 2023.

MIRAS, M. SOLÉ, I. **A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem** in Coll, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

NETO, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti; AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. **A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO UM ATO AMOROSO: o que o professor pratica?** Educação em Revista. Belo Horizonte. V.25. N.02. p. 223-240. Agosto 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. História da educação brasileira: a organização escolar. 16° edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

São Paulo: Cortez, 1994. HADDAD, F. Os manifestos. In: MANIFESTOS dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1985.

SOUSA, CP. Estudo sobre o significado da avaliação do rendimento escolar. [tese] São Paulo (SP): Faculdade de Educação da PUC; 1990.

ⁱ Explicar o conceito de educação laica